

MORÁN MARTÍN, Remedios (dir.) (2021). *Trienio liberal, vintismo, rivoluzione: 1820-1823. España, Portugal e Italia*. Pamplona: Editorial Aranzadi, 936 pp., ISBN:978-84-1390-949-3.

A obra *Trienio liberal, vintismo, rivoluzione: 1820-1823. España, Portugal e Italia*, dirigida pela professora catedrática de História do Direito e atual diretora do Departamento de serviços sociais e fundamentos histórico-jurídicos da Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED) em Madrid, e publicada em setembro de 2021, resulta de um esforço coletivo de cerca de 35 investigadores de vários países, cujas áreas de investigação são sobretudo a História política e jurídica e o Direito.

Em jeito de comemoração dos 200 anos do Triénio Liberal espanhol (1820-1823), completados em 2020, e animados pela repercussão que haviam tido as iniciativas a propósito do bicentenário da Constituição de Cádiz, em 2012, este grupo de professores e investigadores juntaram-se convictos da necessidade de visitar um período que oferece ainda, apesar de intensamente estudado, novas perspetivas de análise.

Neste sentido, o que torna a obra recenseada particularmente interessante é a abordagem comparada e transnacional que os vários autores fizeram às revoluções liberais europeias. Por considerarem que os processos revolucionários de Espanha, Portugal e Itália, que apresentam características muito idênticas, são decisivos para entender o movimento liberal europeu de início de Oitocentos e que as iniciativas e reformas políticas e legislativas aí empreendidas são determinantes para a definição do quadro democrático-constitucional contemporâneo, foram eles que receberam maior destaque ao longo dos 36 artigos que compõe a obra. É a originalidade das sociedades da Europa do Sul, que foram, de facto, ao contrário do que se poderia supor se imaginássemos que o liberalismo estaria apenas ligado a sociedades fortemente urbanizadas e industriais, não só as primeiras a instaurar sistemas políticos com essa orientação, como a produzir constituições com propostas de reformas avançadas e radicais para a época, que convoca esta análise comparativa.

Assim, conscientes das deficiências que apresentam os estudos que examinam apenas a história de cada país, isoladamente, deixando de fora a multiplicidade de conexões, contágios, circulação e intercâmbio de ideias, pessoas e instituições que caracterizam este período, o que os autores propõem, além de visitar temas fundamentais, é a renovação do próprio campo de investigação do liberalismo. Esta intenção insere-se na vaga de interesse crescente dos investigadores por processos globais, fruto da consciência da desatualização

das narrativas tradicionais que tendem a olhar para a história dos países como realidades circunscritas, autónomas e compartimentadas. Ao utilizar o Estado-Nação como unidade fundamental de análise inviabiliza-se uma compreensão sistemática de processos que afetam e são afetados globalmente. O objetivo das investigações tem de passar então por uma observação que extravase os fatores internos, que situe e integre os fenómenos e eventos nacionais numa escala maior e chame a atenção para a interação e mobilidade dos agentes históricos. Neste sentido, compreende-se que os próprios autores vejam esta obra não como um ponto de partida, mas sim, como dissemos já, como “un estímulo para la renovación de la investigación sobre este período en análisis comparados” (p. 31). Numa das partes (a última), intitulada precisamente “Análisis comparado España – Portugal – Italia”, procura-se identificar os caminhos paralelos trilhados pelos países em causa, principalmente os de Portugal e Espanha, de que maneira e em que momento se interligaram e como culminaram, quase ao mesmo tempo, no triunfo do liberalismo. Apesar de as três revoluções virem a fracassar pouco tempo depois, procurou-se relevar as iniciativas e resultados que cada revolução produziu.

Por outro lado, pela pertinência que estes acontecimentos tiveram nos domínios ultramarinos de Espanha e Portugal, contribuindo para o fervor independentista que aí estava em gestação, a obra contém também estudos que se reportam, por exemplo, à situação do Brasil, de Porto Rico ou da região do Caribe. Estas referências são particularmente importantes porque ultrapassam as convencionais análises eurocêntricas do fenómeno e apresentam uma perspetiva ampla e dialogante que tem em conta uma dimensão muitas vezes esquecida.

Deste modo, o móbil de *Trienio liberal, vintismo, rivoluzione* é refletir, sob o ponto de vista jurídico, mas sem descuidar aspetos históricos (aliás, procurando mesmo articular os dois campos), acerca das influências, semelhanças e contrastes, repercussões e reminiscências das revoluções liberais espanhola, portuguesa e italiana em vários territórios e balizas cronológicas. É dado especial enfoque ao caso espanhol – detém o maior número de artigos – não só porque a obra parte de uma iniciativa do país e conta com a colaboração de diversos investigadores do projeto da UNED “Partidos políticos: origen, función y revisión de su estatuto constitucional”, mas porque, como é dito na própria apresentação (p. 30), a revolução espanhola detém uma reconhecida preponderância no desenrolar de outros processos revolucionários liberais, em especial no português e italiano.

A obra está estruturada em cinco partes e cada uma conta com um conjunto de artigos em plena concordância com os objetivos propostos na apresentação. Cada parte é dedicada a uma determinada geografia – três delas focadas

exclusivamente num país e duas em visões de conjunto – e embora com uma linha temática flexível a maioria dos artigos resulta de uma abordagem jurídica ao período em estudo. Este foco pode entender-se se considerarmos uma postura que Emilio Lecuona Prats, autor de um dos artigos da obra, “El ciclo revolucionario de 1820 y el legislador del Trienio Liberal”, resume bem ao afirmar que o Direito é, com efeito, “el gran instrumento de cambio del que se dispone para cambiar la realidad con cierta vocación de permanencia” (p. 166).

A primeira parte, aquela que reúne o maior número de artigos, dezassete, é consagrada ao triénio liberal espanhol. É sobretudo em torno da Constituição de Cádiz de 1812, que é novamente posta em vigor entre 1820 e 1823 e que permitiu retomar importantes reformas no país, suspensas em 1814 com a restauração do absolutismo por Fernando VII, que esta parte se estende. Uma vasta parte dos seus artigos analisa estes três anos a partir das alterações legislativas que esse documento consignou. Reflexões acerca dos procedimentos legais adotados pelas Cortes para regular a atividade parlamentar (votações, sanção régia, promulgação das leis, etc.); sobre a natureza revolucionária do texto constitucional; sobre os avanços e recuos do processo de abolição do regime senhorial, partindo da análise do projeto que foi apresentado em Cortes, da discussão parlamentar que acompanhou cada decisão e, ainda, da observação de casos concretos de unidades territoriais (como Cabra); sobre a lei da imprensa e a figura jurídica do Jurado; sobre a organização judicial, com particular destaque para a questão da separação de poderes, um dos princípios fundamentais do liberalismo, e suas deficiências ou sobre a figura do legislador, entendido como o criador de normas, que é apresentada como essencial em todo o processo revolucionário, são alguns dos tópicos abordados.

Além da perspectiva jurídica, revisitam-se temas fundamentais da esfera económica e social, como por exemplo a situação económico-financeira de Espanha na transição do Antigo Regime para uma democracia parlamentar liberal, nomeadamente o estado da Fazenda pública e as reformas fiscais e comerciais então propostas (como a reforma do sistema tributário). Dá-se também destaque à questão do ensino e à intervenção estatal sobre a educação, à substituição da noção de caridade pela de beneficência e, em conformidade, à transformação desta num assunto público, e a um tema que tem conquistado muita popularidade nas últimas décadas – o da exclusão das mulheres, remetidas para a esfera doméstica, durante o triénio liberal.

Ao não estarem sujeitos a uma linha temática rígida os artigos que compõem a primeira parte da obra valorizam-se pela sua heterogeneidade. Conciliam temas clássicos com perspectivas pouco abordadas e possibilitam múltiplas aproximações ao período em estudo. Não estamos, portanto, perante uma

síntese ou um compêndio, mas perante um conjunto de artigos que procuram analisar e problematizar, sob diferentes pontos de vista, os efeitos da instauração do regime liberal em Espanha.

A parte seguinte, substancialmente mais curta, com apenas 7 artigos, é dedicada ao vintismo, ou seja, ao Triénio Liberal português (1820-1823), às suas reformas e consequências. Os dois primeiros artigos distinguem-se por entrosarem passado, presente e futuro na análise à experiência liberal portuguesa. Sérgio Campos Matos (XVIII) procura dar conta da invocação pelos primeiros liberais portugueses do passado nacional, isto é, da utilização do passado (histórico ou mitificado) como instrumento de legitimação (referem-se, por exemplo, o caso das Cortes de Lamego, da Restauração da Independência em relação à monarquia hispânica ou da resistência quando das invasões francesas). Já Luís Bigotte Chorão (XIX) analisa a memória do vintismo no período republicano português. Os restantes artigos percorrem tópicos de cariz jurídico, político e religioso como o novo modelo judiciário (que procurava cortar com as instituições opressoras do Antigo Regime, como a Intendência Geral da Polícia, e viabilizar o acesso aos cargos públicos); a legislação decretada a propósito das eleições vintistas e o lugar do segredo nelas; o processo de extinção do conselho do Almirantado e a criação de uma alternativa, o Conselho da Marinha, analisando o debate parlamentar que acompanhou ambas as decisões; o triunfo da contrarrevolução vista através de uma expressiva adesão local, em Braga e, por fim, a reflexão acerca da natureza secularizadora (ou não) do liberalismo e do constitucionalismo português.

A terceira parte, intitulada “Repercusión del Trienio y Vintismo en las colonias”, contém quatro artigos que nos mostram de que forma os efeitos das Revoluções Liberais espanhola e portuguesa se manifestaram a milhares de quilómetros de distância, nos seus territórios ultramarinos, tendo em conta que, pela mesma altura, estes estavam em conflito aberto com os seus colonos. O que fica demonstrado nestes artigos é que o processo revolucionário peninsular e o processo independentista em curso na América, por influência do primeiro sobre o segundo, partilharam poderes fácticos, entre eles o da mobilização do povo, do exército, da igreja ou da imprensa; que o Triénio Liberal influenciou sobre a administração, rotas de comunicação e educação de Porto Rico e da região do Caribe; que a Revolução Liberal portuguesa e os valores em que assentava como a emancipação política, a garantia de direitos individuais ou a limitação do poder do Estado foram determinantes para a definição do Constitucionalismo brasileiro e que é possível reconhecer, apesar de não se registarem alterações significativas no estatuto das mulheres, tanto no Brasil, como em Portugal, mantendo-se arredadas dos centros de decisão e relegadas para um

plano de inferioridade social e jurídica, o seu papel na história e construção das sociedades, inclusive, por exemplo, na resistência armada contra a escravatura.

Na penúltima parte, sobre a Revolução italiana, centrada sobretudo na ideologia e propaganda liberal, aborda-se as revoltas revolucionárias que em 1820-21, poucos anos depois da sua formação, deflagraram no Reino das Duas Sicílias e que procuravam instaurar uma monarquia constitucional e sobre as quais exerceu particular influência a experiência espanhola; reflete-se sobre a popularidade que um sermão anónimo napolitano ganhou em 1821, um discurso de propaganda constitucional que suplantou a própria difusão dos catecismos oficiais, e a partir daí sobre as diferenças entre os dois modelos; procura-se analisar o processo penal austríaco no que respeita à punição do crime de alta traição, sendo um dos artigos sobre o italiano Domenico Romagnosi e de como este conseguiu sair praticamente ileso de uma acusação que havia sido iniciada contra ele por um juiz austríaco, Antonio Salvotti e, por fim, reflete-se sobre os valores humanistas cristãos e europeístas do escritor e dramaturgo Silvio Pellico em “Le Mie Prigioni”.

A quinta e última parte, também a mais pequena, com 3 artigos, enceta um exame comparativo entre Espanha, Portugal e Itália. Aí procura-se identificar pontos em comum, como os discursos que tanto em Portugal como em Espanha, nos momentos de abertura das Cortes, foram proferidos pelos monarcas, servindo de mote a uma reflexão sobre o peso da tradição representativa em ambos os países. Esmiúçam-se também conceitos, como o de nação e nacionalismo, no primeiro terço do século XIX em Itália, Portugal e Espanha, para a definição dos quais as invasões napoleónicas e as Revoluções Liberais foram eventos determinantes. Pondera-se, ainda, acerca de um tópico que foi sendo levantado ao longo de toda a obra e que é, no quadro do primeiro liberalismo, a originalidade dos países do sul da Europa. Este último artigo, de que é autor António José Telo, é, em nosso entender, especialmente importante porque de uma forma simples e clara discrimina os processos paralelos que acompanharam a vitória do primeiro liberalismo em Portugal e Espanha e de que forma se influenciaram mutuamente. É, do ponto de vista da sistematização, o artigo mais bem conseguido.

Em *Trienio liberal, vintismo, rivoluzione* o entrecruzamento de temas, formas de abordagem e tratamento metodológico torna a obra relevante para a historiografia das primeiras experiências liberais e até, num plano mais amplo, para outras áreas de estudo, como o Direito, aqui particularmente privilegiado. Com esta obra percebemos a vitalidade que o tema ainda sugere, não só pelos múltiplos desafios que apresenta, inclusive no que se refere a áreas que têm feito furor nas últimas décadas, como os estudos de género ou os estudos

ibéricos, mas também pelos novos olhares que incita. Perceber as especificidades nacionais, mas também as interconexões globais que as estimulam, numa perspetiva comparada, é o ponto crucial da obra em análise, mostrando como é importante superar enviesamentos metodológicos que tantas vezes impedem uma leitura integradora dos fenómenos.

Por outro lado, ficam também claras as vantagens de empreender investigações colaborativas, que reúnam investigadores de diversas nacionalidades e áreas de estudo para criar uma visão de conjunto sobre um determinado tema, como se verificou neste livro. Para tal, também foi imprescindível o facto de as balizas cronológicas serem maleáveis e permitirem assim rastrear influências e reminiscências do período em estudo. Um outro ponto que merece referência é a decisão editorial de fazer constar os artigos nas línguas dos três países que colaboram na obra e aos quais esta se reporta – espanhol, italiano e português – o que permite chegar a um público mais vasto.

Como pretendem os autores, a presente obra servirá certamente de incentivo a futuros trabalhos.

DIANA TAVARES DA SILVA

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras

dianasofsilva@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-9744-6591>

